

Coleção CONPEDI/UNICURITIBA

Vol. 4

Organizadores

PROF. DR. ORIDES MEZZAROBA
PROF. DR. RAYMUNDO JULIANO REGO FEITOSA
PROF. DR. VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA
PROF^a. DR^a. VIVIANE COELHO DE SÉLLOS-KNOERR

Coordenadores

PROF^a. DR^a. NORMA SUELI PADILHA
PROF. DR. CELSO ANTONIO PACHECO FIORILLO
PROF^a. DR^a. LIVIA GAIGHER BOSIO CAMPELLO

DIREITO AMBIENTAL I

2014 | Curitiba





Nossos Contatos

São Paulo

Rua José Bonifácio, n. 209,
cj. 603, Centro, São Paulo – SP
CEP: 01.003-001

Acesse: www.editoraclassica.com.br

Redes Sociais

Facebook:

<http://www.facebook.com/EditoraClassica>

Twitter:

<https://twitter.com/EditoraClassica>

EDITORA CLÁSSICA

Conselho Editorial

Allessandra Neves Ferreira
Alexandre Walmott Borges
Daniel Ferreira
Elizabeth Accioly
Everton Gonçalves
Fernando Knoerr
Francisco Cardozo de Oliveira
Francisval Mendes
Ilton Garcia da Costa
Ivan Motta
Ivo Dantas
Jonathan Barros Vita
José Edmilson Lima
Juliana Cristina Busnardo de Araujo
Lafayette Pozzoli
Leonardo Rabelo
Lívia Gaigher Bósio Campello
Lucimeiry Galvão

Equipe Editorial

Editora Responsável: Verônica Gottgroy

Capa: Editora Clássica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

D597

Direito ambiental I

Coleção Conpedi/Unicuritiba.

Organizadores : Orides Mezzaroba / Raymundo Juliano
Rego Feitosa / Vladimir Oliveira da Silveira
/ Viviane Coêlho Séllos-Knoerr.

Coordenadores : Norma Sueli Padilha / Celso Antonio
Pacheco Fiorillo/ Livia Gaigher Bosio Campello.

Título independente - Curitiba - PR . : vol.4 - 1ª ed.
Clássica Editora, 2014.

538p. :

ISBN 978-85-99651-92-6

1. Política ambiental. 2. Gestão ambiental - Brasil.
I. Título.

CDD 341.347

XXII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI/ UNICURITIBA
Centro Universitário Curitiba / Curitiba – PR

MEMBROS DA DIRETORIA

Vladmir Oliveira da Silveira

Presidente

Cesar Augusto de Castro Fiuza

Vice-Presidente

Aires José Rover

Secretário Executivo

Gina Vidal Marcílio Pompeu

Secretário-Adjunto

Conselho Fiscal

Valesca Borges Raizer Moschen

Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa

João Marcelo Assafim

Antonio Carlos Diniz Murta (suplente)

Felipe Chiarello de Souza Pinto (suplente)

Representante Discente

Ilton Norberto Robl Filho (titular)

Pablo Malheiros da Cunha Frota (suplente)

Colaboradores

Elisangela Pruencio

Graduanda em Administração - Faculdade Decisão

Maria Eduarda Basilio de Araujo Oliveira

Graduada em Administração - UFSC

Rafaela Goulart de Andrade

Graduanda em Ciências da Computação – UFSC

Diagramador

Marcus Souza Rodrigues

APRESENTAÇÃO	15
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE MEIO AMBIENTE E DE SAÚDE COMO GARANTIA DE QUALIDADE DE VIDA IDENTIFICADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988 (Nicolau Cardoso Neto)	21
INTRODUÇÃO	22
PRINCÍPIOS NO DIREITO	23
OS TERMOS MEIO AMBIENTE, SAÚDE, VIDA E QUALIDADE DE VIDA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988	27
PRINCÍPIOS DO MEIO AMBIENTE E DA SAÚDE E SUA EQUIVALÊNCIA QUANTO AO OBJETIVO DE PROPOSIÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	38
O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE EXCESSO NO DIREITO AMBIENTAL: CONCILIANDO PROPRIEDADE PRIVADA E PROTEÇÃO AMBIENTAL (Marcelo Farina de Medeiros)	40
INTRODUÇÃO	41
DIREITO COMO SISTEMA JURÍDICO	45
PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE EXCESSO	47
CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	59
O PRINCÍPIO NEMINEM LAEDERE E A PREVENÇÃO DOS DANOS AMBIENTAIS (CARLOS EDUARDO SILVA E SOUZA)	62
INTRODUÇÃO	63
O PRINCÍPIO NEMINEM LAEDERE ¹ E A SUA PRESCRIÇÃO NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA	63
O PRINCÍPIO DO NEMINEM LAEDERE E A PREVENÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS	66
A EVOLUÇÃO DOS PARADIGMAS NA SOCIEDADE DE MASSA E OS EFEITOS DESSA RELAÇÃO NA SEARA AMBIENTAL	68
OS REFLEXOS DO PRINCÍPIO DO NEMINEM LAEDERE NA RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL	70
A RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL NO BRASIL	72
CONCLUSÕES ARTICULADAS	74
REFERÊNCIAS	75

O PROJETO DE ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO: PROJEÇÕES E IMPLICAÇÕES NA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA (Rafaela Emilia Bortolini e Patryck de Araújo Ayala)	78
INTRODUÇÃO	79
CONCEITUAÇÃO E ELEMENTOS DEFINIDORES DE UM ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO	84
A PROTEÇÃO DO AMBIENTE NESSE MODELO ESTATAL	91
OS DEVERES ESTATAIS DE PROTEÇÃO	93
A CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988 E A TUTELA DO MEIO AMBIENTE	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	97
O DEVER DE MITIGAR A PERDA NO DANO AMBIENTAL QUANDO A VÍTIMA DO DANO AMBIENTAL NO ÂMBITO PARTICULAR TEM RESPONSABILIDADE PELO RESULTADO FATÍDICO QUE PODERIA EVITAR OU ATENUAR SE TIVESSE AGIDO COM BOA-FÉ (Elcio Nacur Rezende e Bruno Torquato de Oliveira Naves)	101
INTRODUÇÃO	102
“DUTY TO MITIGATE THE LOSS”	103
CONCLUSÃO	116
REFERÊNCIAS	116
A RETÓRICA DOS MÉTODOS NA TEORIA DO PROCESSO AMBIENTAL: CONFLITO DE INTERESSE, PRETENSÃO E LIDE NO MEIO AMBIENTE (Fernando Joaquim Ferreira Maia)	119
INTRODUÇÃO	120
A RETÓRICA DOS MÉTODOS ENQUANTO LINGUAGEM CONSTITUTIVA DA REALIDADE AMBIENTAL NA COMUNICAÇÃO HUMANA	121
A RELAÇÃO RETÓRICA ENTRE O BEM DA VIDA AMBIENTAL E O INTERESSE DIFUSO	125
O CONFLITO DE INTERESSES E A PRETENSÃO NA LIDE AMBIENTAL COMO UMA SITUAÇÃO RETÓRICA E AS CRISES JURÍDICAS	128
CONCLUSÃO	134
REFERÊNCIAS	136
A SADIA QUALIDADE DE VIDA COMO FATOR PREPONDERANTE PARA A PROTEÇÃO DA DIGNIDADE DA VIDA HUMANA É CAPAZ DE PREVALECER ANTE A DISCRIMINAÇÃO POR IDADE EM RAZÃO DA REVOLUÇÃO DA INFORMÁTICA? (Patrícia Dittrich Ferreira Diniz e Regina Maria Bueno Bacellar)	139
INTRODUÇÃO	140
A SADIA QUALIDADE DE VIDA NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO COMO FATOR PREPONDERANTE PARA A PROTEÇÃO DA DIGNIDADE DA VIDA HUMANA	142
A REVOLUÇÃO DA INFORMÁTICA E O SEU IMPACTO NA QUALIDADE DE VIDA DOS TRABALHADORES NÃO JOVENS, SEM VIVÊNCIA TECNOLÓGICA	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	159

REFERÊNCIAS	161
ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E INTEGRIDADE DO PATRIMÔNIO GENÉTICO FACE ÀS PESQUISAS E MANIPULAÇÃO DO GENOMA HUMANO (Taísa Villa Furlanetto e Lucélia Simioni Machado)	164
INTRODUÇÃO	165
COMPREENDENDO OS CONCEITOS DE BIODIVERSIDADE, BIOÉTICA, ÉTICA AMBIENTAL E BIODIREITO	166
PROJETO GENOMA HUMANO: LIMITES ÉTICOS E JURÍDICOS QUE CERCAM A SUA MANIPULAÇÃO E AS INTERVENÇÕES NO MEIO AMBIENTE – RISCO DE EUGENISMO E COISIFICAÇÃO DO CORPO HUMANO SOB O PARADIGMA DO ESTADO SOCIOAMBIENTAL	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS	184
BIODIVERSIDADE: USO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL DO AMBIENTE (Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros e Selma Rodrigues Petterle)	186
UMA PEGADA ECOLÓGICA E A INCLUSÃO COMO UM DIREITO DEVER FUNDAMENTAL	186
UMA VIRADA PARA ALÉM DO ANTROPOCENTRISMO	189
UMA ÉTICA AMBIENTAL NUM ESTADO DE DIREITO AMBIENTAL MAPEANDO O SENTIDO DE DIGNIDADE	192
A EXTENSÃO E INTENSIDADE DA DIGNIDADE NUMA PERSPECTIVA ECOLÓGICA	195
DIGNIDADE DA VIDA	196
PROTEÇÃO DO ANIMAL NÃO HUMANO E DIREITOS FUNDAMENTAIS	198
VIVER O OUTRO-EM-MIM COMO PRESSUPOSTO À INCLUSÃO DAS DIFERENÇAS	202
OS INTRAVES NESSA EXPERIMENTAÇÃO DESUMANA	203
FAZENDO ACONTECER	213
O DESAMPARO JURÍDICO DO CERRADO – UMA PESQUISA EMPÍRICA (Lucimarta Guedes Vieira de Barros)	216
INTRODUÇÃO	217
METODOLOGIA	225
JUSTIFICATIVA	228
ALGUNS RESULTADOS	229
CONCLUSÃO	233
REFERÊNCIAS	234
O REGIME JURÍDICO DE PROTEÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA E SUA APLICAÇÃO NOS PROCESSOS DE EXPANSÃO URBANA (Marcela Vitoriano e Silva)	241

INTRODUÇÃO	242
A TUTELA CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE	244
A IMPORTÂNCIA DO BIOMA MATA ATLÂNTICA E SEU QUADRO GERAL DE DEVASTAÇÃO	246
O REGIME JURÍDICO DE PROTEÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA APLICÁVEL AOS LOTEAMENTOS E EDIFICAÇÕES URBANAS	248
A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL PARA INTERVENÇÃO NO BIOMA MATA ATLÂNTICA	254
A FUNÇÃO DOS PRINCÍPIOS AMBIENTAIS NA APLICAÇÃO DO REGIME JURÍDICO DE PROTEÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA	257
O DESENVOLVIMENTO URBANO E A PROTEÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA	260
CONSIDERAÇÕES FINAIS	263
REFERÊNCIAS	266
CONFISCO DE TERRAS: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE SUA ATUAL CONFIGURAÇÃO NO DIREITO AGROAMBIENTAL BRASILEIRO (Guilherme Martins Teixeira Borges)	268
INTRODUÇÃO	269
O CONFISCO	269
O CONFISCO DE TERRAS NO DIREITO AGROAMBIENTAL BRASILEIRO	274
A POLÊMICA DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE “GLEBAS” NA CONFISCAÇÃO AGRÁRIA	279
CONSIDERAÇÕES FINAIS	286
REFERÊNCIAS	288
REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO (Luciana Monduzzi Figueiredo)	290
O ESTADO SOCIOAMBIENTAL	292
REFORMA AGRÁRIA: CONCEITO, REGIME JURÍDICO, FINALIDADE E INSTRUMENTOS	295
REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO: O COMPONENTE AMBIENTAL	300
REFORMA AGROAMBIENTAL: REALIDADE ATUAL?	303
CONSIDERAÇÕES FINAIS	305
REFERÊNCIAS	307
A MINERAÇÃO EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA: REFLEXÕES A PARTIR DO CASO DO QUILOMBO KALUNGA (Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega e Rodolfo Nunes Franco)	309
INTRODUÇÃO	310
ABORDAGEM NORMATIVA DA MINERAÇÃO	314
O NOVO MARCO REGULATÓRIO	318
EXTRAÇÃO MINERAL EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA: O CASO KALUNGA	319

CONSIDERAÇÕES FINAIS	324
REFERÊNCIAS	326
O ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV) COMO INSTRUMENTO DO DIREITO AMBIENTAL URBANÍSTICO BRASILEIRO: UM DEVER DO MUNICÍPIO E DOS CIDADÃOS NA SUA EFETIVAÇÃO (Marcelo Vanzella Sartori)	329
INTRODUÇÃO	330
DIREITO AMBIENTAL URBANÍSTICO	331
ESTATUTO DA CIDADE	333
ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV)	334
O EIV E AS TERMINOLOGIAS URBANÍSTICAS, ADMINISTRATIVAS E AMBIENTAIS	339
SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV) E ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA)	342
CONCLUSÕES	345
REFERÊNCIAS	347
O PLANO DIRETOR COMO INSTRUMENTO DE TUTELA DO PATRIMÔNIO CULTURAL (Allan Carlos Moreira Magalhães)	349
INTRODUÇÃO	350
A CULTURA E O PATRIMONIO CULTURAL	351
O PLANODIRETORCOMOINSTRUMENTODETUTELADOPATRIMONIOCULTURAL.....	357
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO MARCO CONSTITUCIONAL NORTEADOR DA TUTELA DO PATRIMONIO CULTURAL	361
CONCLUSÃO	363
REFERÊNCIAS	364
PARQUES PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE SALVADOR: REFLEXÕES ACERCA DO DIREITO CONSTITUCIONAL AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO NO AMBIENTE URBANO (Rafaela Campos de Oliveira e Juliana Campos de Oliveira)	366
INTRODUÇÃO	368
A CIDADE E O DIREITO DE TODOS AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO PARA A SADI QUALIDADE DE VIDA	369
O CASO DE SALVADOR: PLANO DIRETOR E PARQUES PÚBLICOS	371
SEGREGAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL EM SALVADOR	373
CONCLUSÕES	377
REFERÊNCIAS	378
O CONTROLE BIOPOLÍTICO E O DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL CONTEMPORÂNEO: UMA	

ANÁLISE DO PROJETO BEIRA RIO EM FOZ DO IGUAÇU (Angela Cassia Costaldelo E Júlio César Garcia)	382
INTRODUÇÃO	383
O CONTROLE BIOPOLÍTICO	384
ASPECTOS DA ORDENAÇÃO TERRITORIAL DO DIREITO URBANÍSTICO-AMBIENTAL BRASILEIRO	385
O CONTROLE BIOPOLÍTICO DAS CIDADES	387
O PROJETO “BEIRA FÓZ”	389
CONCLUSÕES	393
REFERÊNCIAS	395
INFRAÇÕES POR ACUMULAÇÃO E POLUIÇÃO AMBIENTAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA TUTELA PENAL (Daiane Ayumi Kassada e Érika Mendes de Carvalho)	397
INTRODUÇÃO	397
INFRAÇÕES POR ACUMULAÇÃO COMO CRIMES DE PERIGO ABSTRATO-CONCRETO	400
MECANISMOS DE LIMITAÇÃO DO JUÍZO DE IDONEIDADE LESIVA DA CONDUTA E ADMINISTRATIVIZAÇÃO DO DIREITO PENAL DO AMBIENTE	406
CONCLUSÕES	409
REFERÊNCIAS	412
PROCESSO ADMINISTRATIVO E CONSTITUIÇÃO DE MULTAS AMBIENTAIS (Luiz Gustavo Levate)	414
INTRODUÇÃO	415
A COBRANÇA DE MULTAS AMBIENTAIS PELO IBAMA NO TRIÊNIO DE 2008 A 2010. ANÁLISE E SUGESTÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	417
A PROCESSUALIZAÇÃO DA FUNÇÃO EXECUTIVA E O DIREITO FUNDAMENTAL À PROCESSUALIZAÇÃO	420
A PREVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	429
CONCLUSÃO	439
REFERÊNCIAS	440
O REDIMENSIONAMENTO DO ÔNUS DA PROVA NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DE RISCO GLOBAL E PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE (Marcelo Antonio Theodoro e Luize Calvi Menegassi Castro)	443
INTRODUÇÃO	444
A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL AO MEIO AMBIENTE	445
A SOCIEDADE DE RISCO GLOBAL	448
O PROCESSO JUDICIAL (CONSTITUCIONAL) AMBIENTAL COMO MEIO DE ACESSO À JUSTIÇA AMBIENTAL	452
O REDIMENSIONAMENTO DO ÔNUS DA PROVA	454

CONCLUSÕES	463
REFERÊNCIAS	465
FOIE GRAS1: UMA VISÃO ANALÍTICA DO CÓDIGO DE SAÚDE E SEGURANÇA DA CALIFÓRNIA (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA) FRENTE À SILENTE LEGISLAÇÃO BRASILEIRA (Pedro Arruda Junior e Kiwonghi Bizawu)	467
INTRODUÇÃO	468
MEIO AMBIENTE: NOTAS INTRODUTÓRIAS	469
PROTEÇÃO JURÍDICA DA FAUNA	472
ALIMENTAÇÃO FORÇADA DE ANIMAIS: ÉTICA AMBIENTAL E FOIE GRAS	476
CÓDIGO DE SAÚDE E SEGURANÇA DA CALIFÓRNIA	478
A LACUNA DA LEGISLAÇÃO CIVIL E A DESPROPORCIONALIDADE DA LEI PENAL	482
CONSIDERAÇÕES FINAIS	486
REFERÊNCIAS	487
TUTELA AMBIENTAL: A PROTEÇÃO ASSEGURADA PELA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ DE 1988 E AS DISCUSSÕES ACERCA DA SUA CONCRETIZAÇÃO NO CENÁRIO INTERNACIONAL (Renata Mayumi Sanomya e Laeti Fermino Tudisco)	489
INTRODUÇÃO	489
AMBIENTE	490
PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL	494
INSTRUMENTOS JURÍDICO-AMBIENTAIS	498
TUTELA DO AMBIENTE NO DIREITO INTERNACIONAL	500
CONCLUSÃO	508
REFERÊNCIAS	509
BIOCOMBUSTÍVEIS: INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE (Alexandre Walmott Borges e Mário Ângelo de Oliveira Júnior)	511
INTRODUÇÃO	513
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	514
MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA E A INSERÇÃO DOS BIOCOMBUSTÍVEIS	520
BIOCOMBUSTÍVEIS E POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL	523
CONSIDERAÇÕES FINAIS	526
REFERÊNCIAS	527
CONCRETIZANDO O SOCIOAMBIENTALISMO: O SISTEMA DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E REDUÇÃO DAS	

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

